

Políticos acham difícil aprovar plano

Economia-Brasil

■ Parlamentares fazem duras críticas às propostas do governo, entre elas o fundo de reserva, e propõem uma ampla negociação

Arquivo — 30/8/93

BRASÍLIA — O presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), assegurou ontem que será muito difícil para o governo aprovar o seu plano econômico no Congresso sem uma negociação abrangente com todos os líderes. Ele aconselhou o ministro Fernando Henrique a procurar os líderes, um a um, pedindo antes que eles submetam o plano à avaliação de suas bancadas. "Já existem muitos impostos", disse Inocêncio, que critica também a abrangência do programa. "Isso era para ser um plano de emergência e acabou ficando muito amplo." O Fundo de Reserva, a seu ver, não passa no Congresso. "O Fundo é a volta da política de pires na mão, em que o governo repassa as verbas como quizer", lembrou o presidente. Ele acredita que o governo terá que fazer um grande esforço para conseguir o que quer.

O líder do PFL na Câmara, deputado Luiz Eduardo Magalhães (BA), considera insuficientes as medidas anunciadas pelo ministro da Fazenda para combater a inflação. "Como é que o governo pretende convencer o Congresso de que está contendo os gastos do setor público quando, ao mesmo tempo, se dispõe a reincorporar, com todos os benefícios, mais de 100 mil demitidos?" O que mais irrita o partido,

porém, é a falta de informações sobre o futuro do programa de privatizações e o que o governo pretende fazer com os recursos obtidos neste processo.

Oposição — O deputado Luiz Alfredo Salomão (RJ), líder do PDT, disse que reunirá a bancada amanhã ou depois, provavelmente com a presença do governador do Rio, Leonel Brizola, para definir uma posição. "Vamos examinar o problema com muito espírito público, para ver se há condição de dar esse crédito a esse governo. Por mais medíocre que ele seja, não queremos que o país corra o risco da hiperinflação", afirmou.

Vladimir Palmeira (RJ), líder do PT, já avisou que seu partido vai se opor à emenda constitucional. "Essa emenda é uma meia-sola para disfarçar a incompetência do governo, que sabe que ela não será aprovada pelo Congresso." O economista do PT, deputado Aloísio Marcadante (SP), ainda está preplexo com as medidas anunciadas pelo ministro e considera fora de propósito o aumento de alíquotas dos tributos federais quando o governo já conta com o IPMF e a Contribuição Social (Confins). Ele teme que a conta do combate à inflação inercial termine sendo paga pelos assalariados.



Inocêncio: "Já existem muitos impostos e programa é abrangente"